



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2026
(Da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado)

Requer informações ao Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública sobre a atuação do oficial de ligação da Polícia Federal em Miami, junto ao Immigration and Customs Enforcement (ICE), no episódio que envolveu o ex-Deputado Federal Delegado Alexandre Ramagem e resultou na expulsão do Delegado Marcelo Ivo de Carvalho.

Senhor Presidente,

Em virtude da aprovação do Requerimento nº 183/2026 nesta Comissão, com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito, ouvida a Mesa, que sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública informações sobre a atuação do oficial de ligação da Polícia Federal em Miami, junto ao Immigration and Customs Enforcement -ICE, no episódio que envolveu o Ex-Deputado Federal Delegado Alexandre Ramagem e resultou na expulsão do Delegado Marcelo Ivo de Carvalho, conforme fatos divulgados pela imprensa nacional.

Para subsidiar a atuação fiscalizatória deste Colegiado, requisitam-se as seguintes informações:

1. Qual o embasamento legal e quais são as normas procedimentais padronizadas que regem a atuação de um oficial de ligação da Polícia Federal junto ao ICE (Immigration and Customs Enforcement)? Existem protocolos específicos para a intervenção de oficiais brasileiros em processos imigratórios de cidadãos brasileiros em solo estrangeiro?





2. A atuação do Delegado Marcelo Ivo de Carvalho no episódio que culminou na detenção do ex-deputado Alexandre Ramagem foi fruto de uma ordem direta e circunstancial da Diretoria-Geral da Polícia Federal ou deste Ministério? Em caso positivo, solicita-se o envio de cópia do despacho ou diretriz que motivou tal ação.

3. Como o Ministério da Justiça e a Polícia Federal responderam oficialmente às alegações das autoridades americanas de que o delegado brasileiro teria tentado manipular o sistema de imigração norte-americano para contornar pedidos formais de extradição e estender "perseguições políticas"?

4. Foi instaurado algum procedimento administrativo para identificar o responsável pela divulgação à imprensa nacional de que a detenção do ex-deputado teria sido fruto de uma "cooperação policial", informação esta que parece ter antecipado atos oficiais e gerado ruído diplomático?

5. Solicita-se o envio do relatório detalhado de atividades, produtividade e serviços prestados pelo Delegado Marcelo Ivo de Carvalho durante seu período de atuação nos EUA, de março de 2023 a abril de 2026, bem como os custos totais de sua manutenção em território americano.

JUSTIFICATIVA

A presente solicitação fundamenta-se na gravidade dos fatos recentemente veiculados, que sugerem um desvio de finalidade preocupante na utilização da estrutura da Polícia Federal em território estrangeiro. O episódio envolvendo a detenção do ex-Deputado Federal Alexandre Ramagem — e a subsequente expulsão do Delegado Marcelo Ivo de Carvalho pelos Estados Unidos — exige esclarecimentos imediatos deste Colegiado.

A necessidade de esclarecimento decorre, ainda, da publicação divulgada pelo Escritório de Assuntos do Hemisfério Ocidental, ligado ao Departamento de Estado dos Estados Unidos, que atribuiu ao funcionário brasileiro envolvido uma tentativa de manipular o sistema de imigração para





contornar pedidos formais de extradição e estender perseguições políticas ao território norte-americano.

Embora a narrativa inicial sugerisse uma “operação de cooperação internacional”, a soltura de Ramagem em apenas 48 horas e a nota oficial da Embaixada dos Estados Unidos desmentiram essa versão. A declaração das autoridades americanas é contundente ao afirmar que o agente brasileiro tentou “manipular o sistema de imigração” para viabilizar perseguições políticas, ignorando os ritos formais de extradição, conduta que não apenas fere a soberania norte-americana, como expõe o Estado brasileiro a um vexame diplomático sem precedentes.

É inadmissível que a Polícia Federal, órgão de Estado mantido com recursos dos contribuintes, seja instrumentalizada para servir a agendas partidárias e de perseguição política. A expulsão, pelas autoridades americanas, de um agente brasileiro sob a acusação de fraude sistêmica e perseguição política é mais um indicativo de que a instituição vem sendo utilizada para pôr em prática procedimentos autoritários que desvirtuam sua missão institucional na defesa da sociedade e da Constituição Federal.

Sala das Comissões, em 05 de maio de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Deputado Coronel Meira (PL-PE)
Presidente da CSPCCO

